

## **ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2021**

Aos 12 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um pelas nove horas e trinta minutos na sala de sessões dos Paços do Concelho e também com participações e intervenções por videoconferência, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos.

### **A – PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:*

#### **Grupo Municipal do Partido Socialista:**

*Presenças na sala de sessões dos Paços do Concelho:*

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Tânia Gil da Rocha Lemos.

*Presenças por videoconferência:*

Ana Margarida Leonardo Fortuna, Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, José Fraga Ferreira Machado, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Salvador da Rocha Lopes, Valdeci Purim.

#### **Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:**

*Presença por videoconferência:*

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

#### **Grupo Municipal do Partido Social Democrata:**

*Presenças por videoconferência:*

Agostinho Guilherme Aguiar Pires, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Filipe Jorge da Silva Almeida, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Rómulo de Ficher Correia, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

#### **Grupo Municipal do CDS-PP:**

*Presenças por videoconferência:*

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Michele Soveta Aguiar.

## **Câmara Municipal:**

### **Presenças na sala de sessões dos Paços do Concelho:**

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

**Vereadores:** Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira.

### **Presenças por videoconferência:**

**Vereadores:** Francisco José Lopes Câmara, Marcos Duarte Machado do Couto, Paulo Alexandre Silva Lima.

*Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 03 de dezembro de 2020 foi aprovada por unanimidade.*

## **B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

**Munícipe Ana Patrícia Medeiros de Sousa** (intervenção por videoconferência) – Muito bom dia a todos. Sou a Ana Sousa e vivo na Canada das Duas Ribeiras em S. Bartolomeu há treze anos, uma morada de sonho num lugar rural com bastante ar puro e qualidade de vida numa freguesia da qual muito me orgulho. Contudo, há algum tempo tive conhecimento da autorização para a construção de uma infraestrutura ali perto com fins agropecuários. Segundo percebi, trata-se de um estábulo, não sei se será fechado e desconheço a quantidade de cabeças de gado, mas não me parece coisa pequena e esta situação está a preocupar-me deveras, assim como aos restantes moradores aqui da rua com quem tenho falado.

Todos sabemos que a situação da Feteira não tem sido fácil de resolver e são conhecidas as complicações que daí têm advindo apesar de a construção existente naquela zona se situar a uma distância bastante maior das habitações do que a prevista para a infraestrutura que estão a pensar construir aqui na zona muito perto da rua onde moro.

Após consultar o PDM que está disponível no *site* da Câmara Municipal, pude constatar que as medidas mínimas são de 250 metros. Mesmo desconhecendo a área onde será implementada a infraestrutura, após uma medição que fiz usando um mapa – porque está lá uma planta de condicionantes – a área de todo aquele terreno é de aproximadamente 205 metros, muito aquém dos 250 metros previstos no PDM.

Não conheço bem esta legislação mas contactei várias pessoas. Há realmente pontos que não batem certo e tomei ainda conhecimento de alguns pareceres desfavoráveis acerca da construção desta infraestrutura. Podem ser simples boatos mas, como se costuma dizer, onde há fumo, há fogo e perante a possibilidade de haver pareceres desfavoráveis, gostaria de perceber como se aprova um projeto com estas características.

O que mais me preocupa são os maus cheiros que não são nada agradáveis nem saudáveis e é impossível não os sentir a menos de 250 metros de distância. Estas infraestruturas emitem metano para o ambiente, originando a formação de compostos voláteis que prejudicam diretamente a nossa saúde física e psicológica. Os maus cheiros provocam náuseas, dores de cabeça, etc., levando mesmo a situações de *stress* e ansiedade, uma série de fatores que não favorecem em nada a nossa saúde física e mental. Penso que serei a mais lesada por morar mais perto mas acredito que os maus cheiros se espalharão por outras áreas consoante as condições climáticas.

Considero-me uma cidadã responsável. Como professora, tento passar aos meus alunos a mensagem da importância de um ambiente saudável e não me parece que esta seja uma boa opção. Posso argumentar também com a questão do turismo, visto que temos aqui perto o clube de campo «Basalto». Apesar de não acontecer atualmente devido à pandemia, esta é uma zona onde habitualmente passeiam muitos turistas a cavalo que gostam de apreciar as nossas paisagens e não me parece que os maus cheiros provocados por um estábulo, por melhor tratado que esteja, causem boa impressão. Não é esta a imagem que nós, açorianos, pretendemos vender da nossa região como se vê, por exemplo, naquele anúncio das vacas felizes à solta em pastagens verdes. Posso utilizar um conjunto de outros argumentos para tentar justificar a minha indignação mas o que mais me preocupa é a minha qualidade de vida e a de quem mora aqui perto.

A minha casa foi construída à base de muito sacrifício, assim como as de todos nós, e custa-me ver tudo isto a ser posto em causa. Mesmo que ponderasse mudar de residência, haveria uma desvalorização do meu prédio e da minha zona imobiliária, já para não falar de outros prédios existentes acima da minha casa que também são meus e mais tarde serão das minhas filhas para construção das suas residências se assim o entenderem.

Preocupa-me a questão dos maus cheiros e a possibilidade de não terem sido considerados os pareceres desfavoráveis à construção desta infraestrutura. Lembro a situação da Feteira que tem sido muito complicada de resolver e já me estou a ver a viver no meio de uma situação dessas, o que muito me desagrada.

Quando construí a minha casa, a rua não possuía rede pública de eletricidade nem de água e fui eu que fiz o pedido à EDA e aos Serviços Municipalizados. Gastei dinheiro, investi imenso na minha casa e agora estou perante esta situação que espero ver resolvida em breve. Agradeço a vossa atenção. Muito obrigada.

**Sr. presidente da Câmara** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. Esta é uma situação compreensível que deve ser analisada com toda a cautela. Vivemos numa terra em que a agropecuária tem a importância que tem e temos que conciliar todas estas questões.

No que respeita à distância, existem duas regras: uma que consta do código de posturas sobre carga animal, que são 150 metros, e uma outra que tem a ver com zonas urbanizadas em que a distância é de 250 metros. Como é minha obrigação, vou pedir a verificação dessas distâncias para vermos se tudo está a ser cumprido. Percebo as preocupações da moradora no lugar mas temos que tentar conciliar os interesses da economia com os de todos nós e há um conjunto de equilíbrios que devem ser resolvidos dentro das regras aplicáveis. Fica aqui o meu compromisso de que pedirei para consultar novamente esse processo ainda hoje para ver se todas as questões estão devidamente cumpridas e dar-lhe-ei uma resposta pessoalmente.

**Sr. presidente da Mesa** – Muito obrigado à senhora professora pela sua intervenção. Como foi referido, o senhor presidente da Câmara entrará em contacto consigo para posteriores esclarecimentos.

**Sr. d. m. Luís Costa** – Senhor presidente, posso usar da palavra?

**Sr. presidente da Mesa** – Não pode. É natural que o senhor deputado Luís Costa tenha algo a dizer acerca desta matéria mas, como compreenderá, o regimento prevê apenas a intervenção do senhor presidente da Câmara neste período. Poderá, no entanto, falar pessoalmente com o senhor presidente no sentido de esclarecer aquilo que entender.

**Sr. d. m. Luís Costa** – Muito bem. Obrigada.

## **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e Exmos. vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. É incontornável que, no Período de Antes da Ordem do Dia, abordemos a situação de pandemia que estamos a viver. Tivemos um grande número de casos Covid-19 ativos que, felizmente, sofreu um decréscimo, mas é importante analisarmos o que se está a passar com a saúde pública e a atual situação do tecido económico e social deste concelho.

Parece-me que as coisas estão um pouco atrasadas e estamos dependentes do fornecimento das vacinas, mas há que imunizar a população em tempo útil – entenda-se, até ao fim deste ano ou início do próximo – para que possamos pôr a economia a funcionar. Foram feitos investimentos pesados, há negócios e empregos em risco por causa da maior crise de sempre, as pessoas precisam de auxílio e apenas querem trabalhar.

Sabendo que este mandato autárquico está no seu último ano mas deve também projetar-se o futuro, pergunto o que a Câmara tem podido fazer no sentido de preparar o nosso município para o período pós Covid ou pós vacinas com vista à retoma da atividade económica e o crescimento do turismo. Não podemos permitir que o atual período que vivemos nos afaste dos nossos objetivos em termos acessibilidades, das ligações aéreas e marítimas à ilha Terceira, preocupações que tanto nos uniram, são comuns aos vários partidos aqui presentes e motivaram discussões nesta casa e em sede do Conselho de Ilha.

É o momento de estancar feridas mas também de preparar o dia seguinte da abertura da atividade económica que virá com a vacinação que se espera tão rápida quanto possível. Devemos acudir à situação da doença e da preservação das vidas humanas mas é importante lançarmos também os alicerces para o dia seguinte, por isso gostaria de ouvir o senhor presidente da Câmara relativamente a estas matérias.

**Sr. presidente da Câmara** – As questões do pós Covid são as que mais têm preocupado a Câmara e os vereadores de todos os partidos. Esta matéria tem sido sempre abordada nas reuniões de Câmara e a que mais atividade tem gerado no que diz respeito à componente política do município.

Estamos provavelmente a chegar a uma situação de viragem na evolução da pandemia, não apenas a nível local mas também ao nível nacional e europeu, e espera-se que a situação vá melhorando consoante o aumento do número de pessoas vacinadas ao longo deste ano. Teremos um lento regresso à normalidade no que respeita à situação sanitária da população mas as marcas desta pandemia vão persistir por muitos anos na economia da nossa região, do país e também do mundo inteiro.

As questões das acessibilidades são as que, infelizmente, mais sofreram. Tivemos um conjunto de avanços ao longo da última década, progredimos bastante no ano 2019, as coisas pareciam muito bem encaminhadas para 2020 com a previsão de um número record de ligações com o exterior e a criação de um novo paradigma nas acessibilidades à ilha Terceira mas, infelizmente, tudo se esfumou e receio que tenhamos recuado uma década quando a pandemia acabar. Isto parece-me inevitável e exigirá um enorme esforço nos próximos anos no sentido de voltarmos a lutar pelo restabelecimento das ligações com uma dificuldade acrescida: enquanto, nos anos anteriores, estávamos a assistir a um período de franca prosperidade e expansão das companhias de transporte aéreo e era mais fácil pensar-se em novas rotas, muito provavelmente assistiremos a um período de elevadíssima recessão já que os custos financeiros e económicos desta pandemia têm sido colossais para as empresas de

transporte aéreo e, provavelmente, muitas delas nem sobreviverão àquilo que agora aconteceu. Chamo a atenção para o caso particular da TAP e da SATA que, tirando a Ryanair, são as duas empresas que mais servem esta ilha. As duas companhias estão a entrar num longo e difícil processo de reestruturação supervisionado pela União Europeia que, decerto, não terminará dentro de dois ou três anos. Durante este período não será fácil criar novas rotas ou ligações e provavelmente vamos deparar-nos com grandes obstáculos.

Observando essa questão deste lado, diria que estamos perante uma situação difícil que vai ficar connosco durante muitos anos e provavelmente teremos que repetir em boa parte o caminho que fizemos na década anterior.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. O senhor presidente da Assembleia está em cumprimento do regimento quando diz que não podemos pronunciar-nos no período reservado à intervenção do público mas não queria deixar passar a oportunidade de saudar a cidadã e munícipe Ana Sousa por esta intervenção, expondo o seu problema no órgão próprio, sendo que nesta altura as pessoas estão muito desacreditadas e desfasadas da política. É importante que sejam dadas as cabais respostas porque esta é uma situação que temos visto acontecer em muitas freguesias e, independentemente de todos os argumentos que apresentou e que eu não domino, parece-me discutível a questão das distâncias.

Quando o senhor presidente da Câmara fala em economia, não estará a ponderar a questão da propriedade privada que é claramente posta em causa quando os moradores sentem este tipo de incómodos e não veem os seus prédios valorizados. Posto isto, o que muito nos preocupa é o relançar da economia, um assunto aqui muito bem apontado pelo deputado Luís Rendeiro neste Período de Antes da Ordem do Dia.

Se, nalguns pontos desta Ordem de Trabalhos, temos a sensação que o senhor presidente da Câmara está a contar com mais quatro anos de mandato à sua frente, noutros casos parece-nos o contrário e no que respeita ao relançamento da economia é bem evidente essa falta de preocupação no futuro.

Temos assistido ao longo dos últimos dias a notícias que dão conta da candidatura de Ponta Delgada a capital europeia da cultura. Ora, sendo Angra do Heroísmo uma cidade património mundial, tendo já sido dito aqui por diversas vezes que não tiramos o devido partido dessa classificação e sendo a ilha Terceira absolutamente central no arquipélago e no mundo, é lamentável a falta de iniciativa na apresentação de uma candidatura deste tipo. Se, por outro lado, essa falta de iniciativa se deve a uma cedência – para não dizer submissão – ao poder instalado em S. Miguel, aí é ultrajante, senhor presidente. Gostava de saber como se deu este processo e qual a postura da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo acerca desta matéria.

**Sr. presidente da Câmara** – Senhora deputada, a senhora está numa posição bastante melhor do que a minha para resolver esses ultrajes, por isso a aconselho a dedicar o seu tempo a esse assunto que, com certeza, será bem merecido.

Essa candidatura não é nova, já teve vários capítulos e ações e não é apenas de Ponta Delgada porque é apresentada por três cidades açorianas em igualdade de circunstâncias: Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada que encabeçou o assunto agora porque obteve do senhor presidente do Governo a promessa de cobertura do grosso dos custos de candidatura que são enormes, assim como os riscos da não aprovação. Nessas circunstâncias, Angra e Horta não tinham qualquer interesse em dizerem que não participariam. Somos todos co-

candidatos e se essa candidatura tiver sucesso, a sua cidade também será capital europeia da cultura porque a candidatura envolve as três cidades. A si, enquanto alguém que está próximo do poder, peço-lhe que mova todas as suas influências para que as coisas corram bem.

**Sr. d. m. João Santos** – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Poderá ser uma mera questão de pormenor mas, como já ouvi referências em várias reuniões da Assembleia Municipal e até do Conselho de Ilha relativas à preservação de dados, aquando das convocatórias feitas por *e-mail*, gostaria de recomendar que os destinatários de correio eletrónico, uns de âmbito pessoal, outros institucionais, sejam adicionados à caixa *Bcc (blind carbon copy)* ou «cópia oculta» e os *e-mails* não sejam enviados com o conhecimento de todos porque aquelas mensagens circulam por todo o lado e não sei até que ponto isso está previsto no regulamento da proteção de dados pessoais.

Na reunião da Assembleia Municipal de setembro passado quando intervim acerca daquele pequeno lixo nos passeios, o senhor presidente da Câmara explicou que estaria a debater-se com o problema da falta de funcionários devido, inclusive, ao falecimento de alguns. Gostaria de saber se a situação está ultrapassada e se as coisas voltaram à normalidade.

Uma outra situação que é incontornável são as obras da Silveira. O senhor presidente conhece-me há muitos anos e sabe que sou teimoso quanto baste mas também deve saber que dou facilmente o braço a torcer quando não tenho razão. Reconheço que não estava tão certo como pensava e estou inclinado a dar razão àquilo que o senhor vem reafirmando acerca da melhoria da situação do estacionamento na Silveira. De facto, e o que constato cada vez que por ali passo, leva-me a concordar consigo e acho que o senhor não se vai livrar de colocar no meio da via aqueles marcozinhos que tem de reserva na eventualidade de as coisas não se resolverem.

Para que se veja como há cidadãos sem a mínima noção da realidade que, por vezes, prejudicam o trabalho das instituições e nem sempre a solução passa pela realização de obras, há dias vi um senhor a apitar insistentemente a uns peões que conversavam no passeio para que saíssem dali porque ele queria subir o passeio com o carro. Isto revela a absoluta falta de noção e civismo de certas pessoas.

Confesso que não sei o que estava previsto mas, pelo tempo que tem estado parada, pergunto ao senhor presidente da Câmara qual o ponto da situação daquela obra e gostaria de perceber que tinta é aquela com que as marcações estão a ser feitas. Presumo que não seja cal mas também não me parece uma tinta que cumpra as normas para a pintura de asfalto em vias públicas visto que, não tendo sequer dois meses, há ali zonas em que já mal se vê a pintura. Não sei se a situação é provisória ou se vai ser ali feito um trabalho definitivo mas, enquanto automobilista, parece-me que aquilo não estará em condições.

Vão ser instalados uns novos semáforos no cruzamento da Canada de Belém. Apesar das inúmeras críticas, tenho que saudar a iniciativa porque está provado que os semáforos são das sinalizações que melhor regulam o trânsito e maior segurança trazem à circulação, mas isto leva-me a outra questão. Acontece que os semáforos desta terra estão frequentemente avariados. O problema não está na avaria, porque eles avariam em todo o mundo, mas sim no tempo que permanecem fora de serviço, por isso pergunto: não ocorrerá o mesmo tipo de avaria em todos os semáforos? Se assim for, não haverá nenhuma forma de antever a situação, tendo na ilha Terceira, material de reserva para que se proceda à substituição quase imediata quando necessário? Percebo que não será possível armazenar em grandes

quantidades todos os componentes necessários mas talvez seja possível acautelar em *stock* os que se estragam com maior facilidade para que a cidade não fique com os semáforos avariados cerca de dois meses.

Peço ainda ao senhor presidente da Câmara, algumas informações acerca de obras que estão a decorrer no Fanal e quais as previsões relativamente às festas Sanjoaninas. Já todos assumimos nas várias reuniões da Assembleia Municipal que é incontornável a realização das festas mas também ninguém estava a contar com um fim de semana como o próximo em que a circulação é proibida, não se pode fazer nada e temos que ficar todos fechados em casa. Gostaria de saber o que está previsto e se as festas Sanjoaninas vão mesmo realizar-se contra ventos e tempestades porque, ao verificar-se uma situação como esta, se decorressem este fim de semana, não haveria festas.

**Sr. presidente da Câmara** – Como tive grandes dificuldades em compreender a primeira parte da intervenção do senhor deputado, se alguma questão ficar por responder não será por má vontade.

A limpeza urbana está normalizada e em bom funcionamento. Para tornar atrativo esse tipo de tarefa, o Orçamento de Estado deste ano permitiu às autarquias a atribuição de um subsídio de penosidade a quem faz esse serviço, algo já negociado entre nós e um dos sindicatos representativos dos trabalhadores, o que corresponde a um aumento de cerca de 90 euros ao mês para os trabalhadores que se deslocarem para essa área que toda a gente tentava evitar mas vamos tentar inverter esta situação. As coisas têm corrido bem e não há razões para acharmos que a nossa cidade está menos limpa.

Quanto ao estacionamento na Silveira, devo dizer que partilho das qualidades do deputado João Santos mas também tenho as minhas teimas e costumo reconhecer quando as coisas não correm bem. Por ora está tudo a correr bem no que diz respeito ao estacionamento mas surgiu um outro problema relacionado com aquele espaço destinado a cargas e descargas por parte dos fornecedores daquelas estruturas que, infelizmente, está sempre ocupado e vamos ter que o marcar também com tinta fluorescente para ver se as pessoas não o utilizam. Neste momento o problema é a questão do abastecimento àqueles estabelecimentos comerciais já que, quando lá chegam, os fornecedores veem rotineiramente ocupado o lugar que lhes é reservado.

Sou utente diário daquela via e não tenho razão para achar que as coisas não estão a correr bem. A obra está terminada, a tinta é termoplástica e é colocada a quente nas vias. Deve cumprir as normas e se houver alguma anomalia, a fiscalização levantará a questão em devida altura quando a obra for entregue, o que está em vias de acontecer em breve.

A obra teve realmente grandes atrasos na pintura mas lembro que o Largo de S. João de Deus e aqueles asfaltamentos que foram feitos lá em cima também aguardam pintura porque a única máquina existente na ilha avariou-se em definitivo e a empresa enviou outra que também avariou passados poucos dias. Houve para aqui uma saga de avarias e falta de peças que originou todos estes atrasos.

Quanto aos semáforos, estamos a viver uma situação muito complexa no que diz respeito às questões de logística, em particular aquelas que envolvem a vinda de algum técnico do exterior para reparar o que quer que seja porque as pessoas não querem arriscar a possibilidade de ficarem aqui retidas por causa da Covid-19. Neste momento, qualquer reparação que implique a vinda de um técnico do exterior é uma autêntica aventura, o que explica também as constantes anomalias dos semáforos, já que esse trabalho regular de revisão e manutenção não tem sido feito pela recusa razoável de quem o vinha cá fazer.

Temos na cidade semáforos de modelos e marcas diferentes, o que não nos permite um *stock* suficiente de peças intermutáveis. Cada vez que há uma avaria mais grave, substituímos por controlos da mesma marca e modelo para uma gestão mais racional do *stock* de peças que tem que existir em separado para cada semáforo porque os mesmos foram montados em alturas diferentes por fornecedores distintos e não são compatíveis. Essa questão está em vias de resolução e tivemos uma franca melhoria nos últimos meses depois da vinda da empresa respetiva que resolveu razoavelmente as situações, embora as avarias continuem a acontecer.

Quanto à instalação de novos semáforos, foi feita uma primeira experiência conjunta entre a Secretaria das Obras Públicas e a Câmara Municipal em que cada entidade suportou 50% dos custos por se tratar de uma interseção entre vias municipais e regionais. Foi instalado um semáforo limitador de velocidade com radar ali na zona do Negrito que tem obtido bons resultados mas vamos fazendo uma aprendizagem, uma análise da situação.

Está a ser instalado um outro semáforo na interseção da Canada da Luz com a Canada de Belém por ser uma zona de risco visto que o espelho não funciona por ficar virado para o sol durante a manhã e não permitir uma boa visibilidade.

Se a análise que está a ser feita relativamente ao semáforo instalado, provar nos próximos meses tratar-se de uma boa solução, pois será bem melhor do que a colocação de mais lombas por aí. Se calhar, teremos que colocar mais limitadores de velocidade em outras zonas retas em que há uma tendência para a aceleração mas ainda é cedo para tirarmos conclusões porque o semáforo começou a funcionar há poucos dias.

Quando questiona acerca de obras no Fanal, creio que o senhor deputado João Santos se refere à obra do jardim que está a iniciar-se agora devido aos benditos atrasos que têm acontecido nas nossas vidas em parte por causa da Covid-19, uma constante em praticamente todos os setores de atividade. Trata-se do jardim que estava previsto, os senhores já viram o projeto e toda a gente conhece a obra que deveria ter começado há seis meses mas só agora foi possível e esperamos que tenha o seu término durante este verão.

Tencionamos substituir a breve trecho aquelas paredes de pedra por uma estrutura em betão com uns ferros em torno da zona do Bailão que é usada para os espetáculos para se evitar a colocação de taipais cada vez que há concertos. Resolve-se assim o assunto com uma tela opaca sem ser preciso montar e desmontar grandes estruturas. Esta obra tinha também sido anunciada para o ano passado, infelizmente também não foi possível iniciá-la mas estamos em vias de o fazer agora. Que me lembre, estas são as únicas obras que faziam parte daquele arranjo global do Fanal e só agora estão a ter a sua consecução.

Todos sabem que a realização das festas Sanjoaninas está contingente à real situação da pandemia nessa altura porque não conseguimos fazer uma previsão para o dia de amanhã, quanto mais para o fim do mês de junho. Terão que ser feitas sempre no respeito pelas regras de proteção da saúde pública e serão respeitadas as normas que, nessa altura, se vierem a aplicar. Não podemos ficar com as Sanjoaninas paradas dois anos porque é uma marca que demorou a criar e, para se evitar o que falei há pouco acerca do transporte aéreo, não podemos desaparecer e depois querer voltar ao mesmo ponto.

Temos que ter Sanjoaninas, o que poderão é ser muito desmaterializadas para usar o eufemismo que está na moda. Não sendo possíveis os espetáculos com público, teremos a produção de conteúdos que serão transmitidos naqueles dias com as temáticas de cada dia sem a participação do público se as regras assim o determinarem. A comissão respetiva tem dois planos, um desmaterializado e outro que prevê a participação do público, embora de forma moderada porque não é de acreditar que possa haver participação sem restrições. Os dois cenários estão a ser devidamente preparados e com a aproximação da data, quando for



possível perceber a real situação, serão tomadas as necessárias opções em coordenação com as autoridades de saúde de forma a garantir a segurança de todos.

**Sr. d. m. João Santos** – Não sei se percebi bem mas não tinha a noção da necessidade da vinda de um técnico do exterior cada vez que há uma avaria nos semáforos do concelho. Se assim for, talvez fosse de considerar a prestação de algum tipo de formação a algum funcionário da Câmara ou a contratação de uma empresa de cá que trabalhe nessa área da eletricidade e da eletrónica para não ficarmos tão dependentes do exterior.

**Sr. presidente da Câmara** – Não é necessário vir sempre um técnico de fora reparar os semáforos. Há avarias de natureza elétrica como o fio ou as lâmpadas que se estragam e são reparadas pelos nossos eletricistas ou por uma empresa da especialidade quando se trata de uma questão mais complexa. É necessária a vinda de técnicos do exterior quando há avarias na programação de um controlador do sistema o que, infelizmente, acontece com alguma frequência. É isso que nos tem afetado quando há trovoadas ou períodos de elevada humidade, particularmente em alguns semáforos mais antigos.

Há aqui, de facto, uma oportunidade e espaço no mercado. Se houvesse cá uma empresa com capacidade para fazer essas programações seria ótimo para a nossa economia, já que a tendência será o aumento do número de semáforos. Fica aqui a sugestão para alguém com uma vertente virada para o empreendedorismo.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados e quem nos estiver a ver e a ouvir pelos meios telemáticos.

Não pude deixar de manifestar a minha surpresa e desagrado perante o artigo lançado no dia três de fevereiro na comunicação social pelos vereadores do PSD nesta Câmara. Não percebo de todo a intenção destas declarações e, sem querer prolongar mais este assunto que já foi debatido na comunicação social e nas redes sociais, devo dizer aqui que as acusações feitas aos elementos socialistas no Conselho de Ilha, e particularmente ao doutor Ricardo Barros, são injustas e despropositadas.

Ao contrário do que os vereadores do PSD acusam no referido artigo, o Partido Socialista, quer no Conselho de Ilha, quer nesta Assembleia, sempre se insurgiu pelos interesses da ilha Terceira e dou-vos como exemplo concreto a pronúncia emanada por esta Assembleia em maio de 2018. Poderia mencionar muitas outras situações, algumas até mais recentes, e lembro que nessa sessão extraordinária da Assembleia foi até dito tratar-se de um momento histórico. Esqueceram-se que, de forma construtiva e com a união dos vários partidos aqui presentes, fizemos com que o Governo Regional nos ouvisse e concretizasse várias medidas relativamente aos transportes aéreos e marítimos para a ilha Terceira? E quem presidiu a essa Assembleia? Foi o doutor Ricardo Barros.

Perante a crítica feita nesta última reunião do Conselho de Ilha, o que se põe agora? Que o Partido Socialista não pode criticar o novo governo? Por acaso não o fizemos nessa reunião mas fá-lo-emos sempre pelo interesse dos terceirenses e vamos ver se os outros partidos, nomeadamente o PSD, têm também a coragem de o fazer.

Mais uma vez expresso aqui a minha surpresa ao referido artigo pois as relações entre os vários partidos nesta Assembleia e na Câmara de Angra têm sido bastante cordiais sem a necessidade de ataques pessoais. Como foi já dito pelo doutor Ricardo Barros, nas sessões da Assembleia nos últimos mandatos, os senhores vereadores do PSD têm votado consecutivamente a favor das propostas da Câmara. Os grupos municipais aqui presentes têm

tido uma postura construtiva de um modo geral, pelo que me leva a depreender que este artigo terá sido um impulso e um equívoco dos vereadores do PSD nesta Câmara.

**Sr. vereador Marcos Couto** – Muito bom dia a todos. Agradeço ao senhor presidente da Assembleia e ao senhor presidente da Câmara a oportunidade para intervir e poder prestar este esclarecimento.

Meus caros, julgo que se tem gerado por parte do PS, um enorme equívoco em relação àquilo que foi a nossa intervenção. Doutora Marília Vargas, não está em causa nada daquilo que a senhora acabou de dizer. Aliás, na altura todos ficámos muito surpreendidos com o vosso voto a favor dessa pronúncia que foi uma iniciativa do CDS-PP e a senhora parece tê-la apresentado como sendo sua ou do PS.

Não está em causa, nem de longe, um ataque ao doutor Ricardo Barros, por quem tenho toda a consideração e estima pessoal. Estava exclusivamente em causa a forma e o *timing* em que foi feito e o facto de ter sido personalizado na pessoa que foi. É uma questão puramente política e fiquei surpreendido quando, de alguma forma, se quis transformar isto numa questão pessoal. Eu e o engenheiro Miguel Bezerra temos pelo doutor Ricardo Barros, total consideração pessoal e até uma relação de amizade. Considero-o assim e queria esclarecer esse facto.

A oposição é um direito e quando escolhemos estar na vida pública, doutora Marília, escolhemos para o bem e escolhemos para o mal. Se andássemos com ofensas deste tipo, acho que não falaríamos uns com os outros. Estamos aqui exclusivamente ao nível político e devo dizer que o facto de se transformar isto numa questão quase pessoal, não fica nada bem. Não é uma questão pessoal, longe disso. Repito e quero que fique muito claro que temos pelo doutor Ricardo Barros um enorme apreço pessoal que julgo ser extensivo a todos os que aqui estão.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Ó senhor presidente da Câmara! Não esperava ouvir da sua boca uma alusão também à irmã do namorado do primo e do tio do periquito. Isso é tudo o que não era chamado aqui à colação...

**Sr. presidente da Câmara** – Senhora deputada, não conheço as namoradas dos meus filhos, quanto mais as dos outros...

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Acho no mínimo curioso que, quem tenha exercido o seu mandato na sua quase totalidade num governo de quem era tão próximo, não tenha conseguido reclamar para a cidade de Angra todas estas coisas e venha agora dizer que uma adjunta tem essa força toda e obrigações que o senhor presidente não logrou conseguir quando a pasta do governo era sua.

**Sr. presidente da Câmara** – Isto é uma confiança no seu poder, senhora deputada Brites.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Se me diz que esta candidatura é tripartida como, aliás, foi noticiado, a situação ainda se agrava, senhor presidente. Então e porque não aqui? Estavam todos de acordo que a centralidade da coisa fosse em Ponta Delgada? Pelo menos já percebemos que as outras cidades aproveitam aqui e ali e vamos ver em que medida. O que pretendo saber e o senhor ainda não me explicou, é que diligências foram desenvolvidas pela Câmara de Angra na pessoa do seu presidente que, nesta matéria, está melhor posicionado. E escusa de fazer referência a boas posições de outra ordem para tentar trazer isto para a Angra, tornando-a a cidade de proa nesta candidatura tripartida.

**Sr. presidente da Câmara** – Brincadeiras à parte, neste caso não temos uma cidade de proa, temos três proas que queremos iguais, apesar de sabermos que a possibilidade de esta candidatura vir a ser aprovada é modesta, razão pela qual, na altura certa e há cerca de um ano, houve um conjunto de reuniões em que se chegou à conclusão que esta não seria uma área onde devêssemos fazer grandes investimentos financeiros.

Folgo em saber que se alterou a vontade de quem quis financiar mas não se alterou a centralidade de nenhuma das partes. Se esta candidatura vier a ser aprovada, as cidades de Angra, Horta e Ponta Delgada serão igualmente capitais como faz parte do regulamento da cidade capital europeia da cultura que neste momento não é cidade, é região. Situação semelhante é o que está a acontecer com a candidatura do Algarve em que as cidades algarvias são todas co-candidatas, assim como um conjunto de cidades da Beira que se estão a juntar para serem co-capitais. Que eu saiba, as candidaturas portuguesas são conjuntas de várias cidades e nenhuma é mais do que a outra. Se a nossa candidatura for aprovada, a nossa cidade será tão capital como Horta ou Ponta Delgada.

**Sra. d. m. Isabel Berbereia** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo, colegas deputados. Gostaria de pedir ao senhor presidente da Câmara o ponto da situação acerca do trabalho de interiores do Centro Interpretativo, um local emblemático para a nossa cidade, para quando a conclusão do projeto e quais as previsões para a abertura daquele espaço ao público.

Um outro assunto que já abordei numa sessão desta Assembleia Municipal tem a ver com a segurança na estrada regional, mais concretamente na zona entre o Raminho e a Serreta e toda aquela arriba que fica do lado de dentro da estrada que, mais uma vez, sofreu uma grande derrocada no mês de janeiro.

Tendo em conta que não foi feita qualquer alteração ou proteção àquela encosta e sabendo que aquela estrada é da competência da Secretaria Regional, apelo à Câmara Municipal que interceda no sentido de se garantir a proteção daquela zona porque pode acontecer um acidente grave a qualquer momento e está em perigo eminente quem ali circula. Em vez de se lamentar depois de acontecer uma tragédia, espera-se que se atue de forma preventiva no sentido de garantir a segurança naquela encosta.

**Sr. presidente da Câmara** – Quanto às obras de interior do Centro Interpretativo, posso informar que o edifício está neste momento virtualmente concluído. Estão a ser feitas as obras exteriores, nomeadamente o rebaixamento do pavimento da rua para se acertar o seu perfil com o edifício, faltando ainda alguns arranjos exteriores nas traseiras e o ajardinamento daquela zona atrás para a integração do edifício no jardim público.

Quanto aos conteúdos, foi elaborado um progra

ma de musealização com um custo estimado de 1,5 milhões de euros mas creio que devemos aguardar pelo próximo quadro comunitário para que seja possível um cofinanciamento adequado por se tratar de uma verba muito elevada num edifício que foi totalmente financiado pelo município.

Estamos a proceder à aquisição dos mobiliários para o auditório, aquela parte que mais falta faz por se tratar do espaço que será aberto aos operadores turísticos, aos guias que fazem os seus *briefings* antes de iniciarem as visitas à cidade, e esperamos que seja possível utilizar o novo auditório para esses fins ao longo do próximo verão. O mesmo acontecerá com a zona que substituirá aquela estrutura que nos verões é colocada no canto da Praça Velha para passarmos a ter um posto adequado para informação turística. Essas duas primeiras áreas poderão abrir num período relativamente curto e a utilização plena do edifício depende

essencialmente da situação do quadro comunitário de apoio. Estamos preparados para aprovar essas verbas mas precisamos de as ter disponíveis.

Respondendo à sua questão relativa à proteção da encosta, posso informar que temos uma outra situação aqui na zona da Atalaia, embora de menores dimensões. Há várias questões relacionadas com a proteção da estrada regional que têm sido levantadas junto do respetivo departamento e vamos continuar a acompanhar a situação para se tentar encontrar uma solução adequada, embora se trate de um problema de grande magnitude que não tem uma solução óbvia.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL**

**1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à Atividade Municipal desenvolvida durante o período de 15 de novembro de 2020 a 31 de janeiro de 2021, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Tivemos um período muito incaracterístico que coincidiu com o fim do ano e com a nossa atividade a ser seriamente afetada pela pandemia mas as questões financeiras têm corrido razoavelmente bem. O ano passado foi particularmente difícil devido à necessidade de internalização dos Serviços Municipalizados e algumas questões complexas respeitantes à contabilidade da casa que, entretanto, foram ultrapassadas e resolvidas. Temos o ano financeiro de 2021 completamente lançado, faltando apenas a transição de saldo, algo que está agendado para esta sessão, e será colocada à consideração dos senhores membros da Assembleia a conta do ano 2020 que não foi financeiramente tão bom como 2019. Os efeitos da pandemia já se fazem sentir do lado da despesa e também da receita, embora mais tenuemente. O nosso melhor ano financeiro deste mandato foi claramente o ano de 2019 mas ainda assim estamos numa situação cómoda e confortável.

No que respeita ao pessoal, não houve aposentações ou outras situações sensíveis que originassem qualquer alteração. Infelizmente, do ponto de vista geral, temos a assinalar alguns atrasos em obras por questões que têm a ver com o funcionamento da economia face à pandemia mas, mesmo assim, as coisas têm decorrido com normalidade.

Não há nada de extraordinariamente importante a apontar na atividade do município. As situações de maiores dificuldades têm merecido uma ação específica e as coisas têm-se vindo a resolver. Houve um período complexo relativamente à própria estrutura municipal com uns casos de Covid-19 que nos obrigaram a encerrar parcialmente algum atendimento ao público e a implementar um conjunto de medidas de alguma complexidade no funcionamento da casa mas as situações foram todas ultrapassadas. Imediatamente a seguir a esse incidente foi feita a testagem de todos os trabalhadores, felizmente os resultados foram 100% negativos e retomámos a nossa atividade com as devidas cautelas.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Tendo em conta o que ouvi até agora e remetendo um pouco ao Período de Antes da Ordem do Dia, fiquei um pouco preocupado com a aparente conformação do senhor presidente da Câmara acerca do possível recuo de dez anos no que respeita aos transportes e acessibilidades à ilha Terceira no pós Covid. Gostaria de saber que medidas e diligências a Câmara pode tomar dentro do seu âmbito de contactos, de promoção do turismo, de ligação com a Câmara do Comércio e junto dos empresários do concelho no

sentido de se evitar esse retrocesso. Já se estava a encontrar soluções, caminhos alternativos e boias de salvação que evitassem essa mesma conformação e encolher de ombros e fiquei ainda mais preocupado do que antes. A minha sugestão vai no sentido de se avançar com esses esforços junto dos agentes económicos e do novo elenco governativo regional para que não soframos esse possível atraso de dez anos em relação à situação anterior.

Nenhum dos partidos políticos representados nesta casa deixará de atuar ao nível das suas responsabilidades e capacidades de reivindicação para o concelho, independentemente de quem estiver em funções e das suas cores políticas. É de sublinhar que os elementos do PSD nesta Assembleia nunca deixaram de dizer «presente» perante o seu concelho e a sua ilha, assumindo os custos públicos e também os custos partidários internos. Todos o fizemos da parte do PSD na Assembleia Municipal e na vereação camarária. Demos a cara, pública e internamente ao longo do nosso mandato ao serviço do nosso concelho e da ilha, acima da nossa convicção, militância e filiação partidária, também para responder à preocupação apresentada pela senhora deputada Marília Vargas que, sublinhe-se, foi muito corajosa na altura devida, assim como o grupo parlamentar do Partido Socialista, ao associar-se às iniciativas da oposição naquele manifesto conjunto que saiu desta Assembleia Municipal e foi levado ao Conselho de Ilha. É com esse espírito e preocupação que o pós Covid deve merecer de todos nós o máximo empenho na busca de soluções em vez de meras atitudes de conformação.

Sabendo que os investimentos se fazem, por vezes aproveitando também os momentos de crise para nos prepararmos para o dia seguinte, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos fizesse um ponto da situação tendo em conta que já não serão possíveis algumas das grandes obras e propostas que o PSD acordou com o Partido Socialista e que levaram a um conjunto de aprovações orçamentais.

Temos a noção de que as circunstâncias se alteraram devido ao aparecimento da Covid-19 mas gostaria que nos pusesse a par daquelas grandes obras que neste momento decorrem administrativamente e cuja realização se esperaria possível durante este mandato. Como já referi noutras reuniões desta Assembleia, pode ser que se faça justiça e até seja o próprio PSD a inaugurar as obras que propôs mas até lá gostaria que nos falasse da orla costeira, do estacionamento, do parque de camionagem, das questões do trânsito e das ruínas do concelho onde os investimentos parecem tardar. Infelizmente a antiga fábrica de laticínios da ELA parece estar a tornar-se num local muito perigoso, num autêntico suicidário do concelho de Angra – passe o termo forte – tantas têm sido as situações infelizes que lá têm acontecido, quer nos casos tentados, quer nos conseguidos.

Sei que é uma chatice ouvir-me repetir todas estas perguntas nas reuniões da Assembleia Municipal mas estas questões impõem-se neste período enquanto não estiverem resolvidas. Sabendo que decorreu pouco tempo desde a última reunião desta Assembleia e a Atividade Municipal foi residual por força da situação pandémica, as questões mantêm-se e há todo um importante trabalho de bastidores que não pode parar.

**Sr. presidente da Câmara** – Começo por dizer que não sou pessoa de me acomodar, antes pelo contrário, e estas dificuldades têm levado a uma atividade redobrada envolvendo todos os vereadores. Embora esta questão não seja de grande importância do ponto de vista da comunicação e não tenha sido muito divulgada publicamente, a verdade é que foi feito e entregue ao município, um estudo sobre os cruzeiros e a possibilidade de o nosso porto entrar nesse mercado que está neste momento a iniciar o seu desenvolvimento e um outro sobre transporte aéreo e as dificuldades de captar transporte para a ilha Terceira. Temos também

um estudo sobre a demografia, ou seja, a distribuição da população no concelho, os nascimentos e o que está previsto para os próximos trinta anos para podermos perceber o que estamos a fazer.

O alargamento do parque industrial, que quase triplicou, vem abrir outras possibilidades na fixação de empresas da área industrial no concelho e temos vindo a acompanhar constantemente, num esforço continuadíssimo em conjunto com a Câmara do Comércio, as questões que dizem respeito à estabilidade económica e financeira das nossas empresas.

Há pouco falei em dez anos mas não sei se serão dez ou nove. Apenas utilizei uma força de expressão e o que quis dizer foi que a caminhada que fizemos na última década está em perigo devido à situação que vivemos. As dificuldades são grandes, não vale a pena estarmos a tentar dourar a coisa dizendo que elas não existem, e há que enfrentar os desafios com realismo. Da parte da Câmara, a procura de respostas tem sido constante e assim continuará enquanto eu aqui estiver. Todos temos procurado soluções, gerado ideias e recorrido a quem de direito no sentido de resolver os assuntos.

No que diz respeito às coisas mais imediatas, também por deliberação tomada por unanimidade em Câmara, resolvemos pedir uma reunião com o senhor Secretário Regional que tutela essas matérias para restabelecermos o caminho que vínhamos a fazer com o anterior Governo no sentido de encontrarmos respostas para algumas questões, também aquelas que foram focadas na última reunião do Conselho de Ilha. A reunião com o senhor Secretário está a aguardar marcação e essas matérias importantes não estão esquecidas.

Ninguém se acomoda, ninguém se acomodou e nem acomodará e as coisas estão a ser feitas até com maior intensidade do que era costume porque o desafio também é maior. No entanto, há que ter realismo e não vale a pena estarmos aqui a esconder o que não deve ser escondido. Temos que estar conscientes que o período que agora se avizinha é de grandes dificuldades e temos que direcionar toda a nossa energia no sentido de resolver os problemas que vamos ter que enfrentar. Na questão concreta que o senhor deputado colocou acerca dos transportes aéreos, os desafios são imensos. Sem qualquer acomodação, antes pelo contrário, partimos com muita vontade para uma luta que esperamos muito difícil numa situação extraordinariamente complexa como é o transporte aéreo a nível global e mais ainda aqui.

Muito já se fez acerca das ruínas e as que dependiam da Câmara estão resolvidas. Vamos finalmente ver-nos livres das ruínas da Igreja das Concecionistas ali junto ao antigo hospital e também da situação do Livramento. Essas obras estão adjudicadas, consignadas e a começar e foi possível ultrapassar um conjunto de problemas que foram surgindo. Uma parte da ruína dos Celeiros hoje é a McDonald's e quanto à outra parte, infelizmente não sou dono do prédio. A Câmara não sabe mais do que lhe vão dizendo e há neste momento alguma cautela porque esta não será obviamente a melhor altura para se começar alguns investimentos na área do turismo. Este não é um dossiê morto, estamos interessadíssimos que o mesmo se resolva e temos vindo a intervir sempre que possível.

Temos uma boa notícia referente a um outro espaço abandonado, uma ruína menos visível, que é o chamado hotel dos franceses na Serretinha. A empresa respetiva resolveu felizmente continuar com o processo de investimento e veio anunciar que vai fazer a recuperação daquele espaço.

Passando às obras, depois de muitas dificuldades, chegámos ao ponto em que é possível dar o passo seguinte no que toca ao Mercado Municipal como consta da nossa agenda de trabalhos desta reunião. Esta é a maior obra que queríamos para este mandato e está a começar tarde mas só é tarde aquilo que nunca chega.

Foi aprovado em Câmara um projeto para o parque de estacionamento ali junto ao tribunal, um espaço desarrumado da cidade, e estão neste momento em curso as negociações com a empresa que o vai fazer.

A obra referente ao terminal de camionagem está em curso e na mesma situação do jardim junto ao Fanal porque já deveria ter começado e esperemos que tal aconteça a devido tempo.

Dando agora conta do investimento em pavimentos, neste momento a frente de trabalho está a fechar num troço da Rua da Rosa que estava muito degradado. Foi necessário passar um cabo de média tensão e aproveitou-se para refazer a rua de novo. Está-se a iniciar junto ao jardim, vamos prosseguir por ali adiante até à esquina da Rua do Rego, o objetivo é descer pela Rua do Palácio junto ao Seminário e fechar o troço diante do Palácio dos Capitães Gerais. Estas obras em curso, para além do pavimento, visam também resolver um problema de drenagem pluvial.

Temos também adjudicadas duas grandes obras de reposição de pavimentos em todas as freguesias do concelho visando resolver troços de estrada que estão em muito mau estado. Resolvemos fazê-lo com fundos próprios do município já que as estradas não são elegíveis no atual quadro comunitário mas isto é apenas uma gota de água no grande oceano das repavimentações. Esperemos que o próximo quadro comunitário traga o dinheiro suficiente já que temos muitos e muitos quilómetros de vias degradadas a precisarem de ser reparadas.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Para que não se pense que a oposição refere apenas problemas e aspetos menos felizes da governação camarária, devo dizer que apreciei e valorizei o esforço que foi feito neste período entre novembro e janeiro quando estava tudo resguardado devido ao confinamento. Merece-nos uma nota de apreço, o trabalho conjunto entre a Câmara Municipal e a Câmara do Comércio através de iniciativas como “Toma Lá 5” e “Angra Prendas Mil” entre outras, uma mais-valia no sentido de apoiar o comércio local e os empresários da restauração que bem precisam.

Repescando um assunto levantado pelo deputado João Santos no Período de Antes da Ordem do Dia e uma vez que o deputado Nuno Melo Alves não está hoje presente, alguém tem que falar de trânsito e as coisas naquele troço da Silveira, do qual sou também utilizadora diária como o senhor presidente da Câmara bem sabe, não estão a correr bem. Passo a citar o que o senhor disse há pouco: «Está a correr lindamente, inclusivamente no que ao estacionamento diz respeito, só os fornecedores é que têm dificuldade em descarregar porque está lá sempre alguém parado indevidamente.» Senhor presidente, isto é dizer tudo menos que o estacionamento na Silveira está a correr bem. Tem havido condicionalismos e limitações a quem utiliza aquela via que é uma das entradas na cidade e a situação deve ser repensada.

Não posso estar mais de acordo com o senhor presidente quando refere que é prematuro saber-se em que moldes as Sanjoaninas irão acontecer mas também considero prematuro dizer-se que as festas virão para as ruas de uma forma ou de outra. Ora, numa altura em que havia um aumento significativo de casos com transmissão comunitária e se estava a pedir às pessoas que se resguardassem e tivessem todos os cuidados, vir dizer-se que as Sanjoaninas são para sair, pareceu-me, no mínimo, um anúncio demasiado eleitoralista atendendo ao ano em questão.

**Sr. presidente da Mesa** – É preciso ter sempre alguma fé no futuro.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Não está sozinho nisso mas os outros ficaram caladinhos.

**Sr. presidente da Câmara** – Senhora deputada, a questão eleitoral não teve grande peso nessa decisão, antes pelo contrário. Tentou-se sim, prever o futuro para preservarmos um importante investimento feito na promoção das Sanjoaninas que são neste momento uma marca com valor nacional e mesmo alguma repercussão nos Estados Unidos onde residem emigrantes açorianos. Essa marca tem que ser preservada, mantendo-a viva. Não podemos ter aqui um eclipse de dois anos e julgar que tudo volta a ser a mesma coisa, por isso se resolveu e bem, dizer que este ano vamos ter Sanjoaninas e a senhora deputada acabou por dizer tudo: «De uma forma ou de outra.» Será de uma forma ou de outra consoante as condições o permitirem porque esta marca tem que ser preservada. Se não pudermos ter umas Sanjoaninas com espetáculos presenciais, teremos espetáculos sem público com transmissão integral cá e nas comunidades açorianas, particularmente na Califórnia e na Nova Inglaterra de onde costuma vir muita gente para cá. Teremos que o fazer sob pena de recuarmos para um patamar que tínhamos abandonado há uns anos. Foram estas as razões e não outras quaisquer. Quanto às eleições, a senhora deputada não se preocupe que o assunto está controlado.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Se isto for tudo desmaterializado, também não se cumpre o objetivo, senhor presidente.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Não seria justo da minha parte deixar passar este período destinado à apreciação da Atividade Municipal sem, e mais uma vez, sublinhar aquilo que, para o PSD tem sido a melhor marca deste mandato que é a solidez financeira e a ação do senhor presidente da Câmara na boa gestão das contas públicas do município de Angra. Criticamos quando é necessário mas também cá estamos para destacar as coisas importantes. Nesse sentido e tendo em conta que não se vive de oitos nem de oitentas, é importante não estarrassar os dinheiros públicos como aconteceu noutros tempos, mas também se deve fazer investimento público sempre que for necessário.

Lembro que o PSD nunca considerou o Centro Interpretativo uma obra prioritária, e aí divergimos da posição do CDS-PP nesta casa que sempre defendeu a construção daquela estrutura. Achámos que havia necessidade de alocar dinheiros públicos noutras prioridades e o senhor presidente da Câmara deu o exemplo das asfaltagens que não têm comparticipação de fundos comunitários neste momento. Quando se optou pela construção do Centro Interpretativo foi-nos garantido que haveria fundos comunitários para essa obra, por isso ela avançaria, ao contrário de outras que não tinham comparticipação. Ora, o que vemos é que avançou uma obra que também não foi comparticipada e não era prioritária e o senhor presidente vem dizer-nos agora que vai ser posto em funcionamento o auditório. Bom, parece-me que Angra não tem falta de auditórios nem de salas de espetáculos; temo-los com qualidade e abundância, o que não temos é utilização para lhes dar, muito menos agora em tempo de pandemia.

Senhor presidente, o apelo que o PSD lhe faz neste momento é que os recursos que a Câmara tem disponíveis sejam utilizados para se acudir às necessidades das pessoas e das empresas em tempos de pandemia mas também para o investimento nas infraestruturas. As opções orçamentais fazem-se dependendo dos fundos comunitários mas também fazendo as escolhas adequadas com os saldos financeiros de que a Câmara dispõe. Elogiando-o pela boa gestão que o senhor soube fazer em momentos-chave, também lhe digo que é preciso aplicar os fundos onde mais são necessários. O exemplo que deu dos asfaltos parece-me emblemático e essencial, tendo em conta que o estado da rede viária do município se degradou irremediavelmente em muitos casos e não é com aquelas pazinhas de asfalto que os



funcionários da Câmara vão depositando com a melhor das intenções nos buracos que se vão abrindo nos pavimentos, que a situação se resolve; há que fazer asfaltagens integrais.

Quanto ao perigo criado pelas ruínas, lembro que a Câmara Municipal tem competências para ordenar a demolição de algumas infraestruturas caso haja riscos e parece-me que algumas, pela sua perigosidade e pelas situações que têm vindo a acontecer, se calhar começam a enquadrar-se nessa responsabilidade que a Câmara tem em termos de proteção civil com mecanismos que lhe permitem atuar. Sabendo que são propriedade privada, gostaria de ouvir o senhor presidente da Câmara a respeito das possibilidades de atuação da Câmara Municipal na demolição ou emparedamento de alguns desses edifícios.

**Sr. presidente da Câmara** – O auditório do Centro Interpretativo é um espaço destinado aos *briefings* das empresas turísticas, embora também se possam lá fazer conferências, etc. Aquele espaço destina-se a substituir aquilo que é rotineiramente feito aqui no salão nobre em que as empresas de turismo trazem os clientes e explicam a história da cidade. O objetivo é substituir um espaço que está a sofrer um desgaste que não é comportável com a sua estrutura, por um outro adequado e construído para o efeito. Que fique claro que não estamos aqui a falar de auditórios.

Quanto ao financiamento, pois a esperança é a última coisa a morrer. Como agora até temos um membro da nossa Assembleia que manda nessas coisas, pode ser que o assunto se resolva. Fica aqui mais uma vez o apelo às forças da senhora deputada Brites no sentido de ver se, finalmente, a candidatura é aprovada porque isso resolveria em muito as questões financeiras da sua cidade.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Senhor presidente, não tendo podido apelar aos seus durante anos seguidos, fica-lhe bem agora apelar aos outros.

**Sr. presidente da Câmara** – Eu bem apelei mas não fui ouvido, por isso continuo a apelar. A questão não é falta de apelo, é falta de resposta.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – É falta de agravo.

**Sr. presidente da Câmara** – Temos agora a oportunidade de resolver o assunto, vamos ver o que isto dá.

A questão dos edifícios em ruínas é muito importante. A Câmara já se pronunciou e interveio nessa matéria por diversas vezes e temos alguns poderes que têm apenas a ver com a proteção de terceiros. Podemos mandar emparedar edifícios que constituam perigo ou sejam foco de insalubridade e apenas demolir aqueles em que não haja outra solução ou ameacem a via pública e nenhuma das situações está em causa. O edifício do antigo hospital era um dos que tinha um grave problema de insalubridade mas, felizmente, o seu proprietário tomou as medidas necessárias e colocou lá alguém a tomar conta.

Neste momento, a estrutura mais devassa que tem causado mais problemas é a antiga fábrica de laticínios que está também a precisar de uma intervenção desse tipo e o proprietário terá que vedar o edifício ou proceder à sua demolição. Nos antigos celeiros as coisas estão bastante melhoradas, já que aquele espaço, com a presença da McDonald's, passou a ter outro uso e é um dos mais frequentados da cidade. Há coisas que melhoraram, outras nem tanto, mas a Câmara não é dona destes prédios e não pode exercer uma intervenção direta. Há um conjunto de procedimentos e situações que têm que ser resolvidas essencialmente pelos seus proprietários.

Volto a lembrar que, no que diz respeito a duas das principais ruínas e aquelas que eram edifícios públicos ou pertença de instituições públicas, a Câmara foi ao ponto de financiar a

sua recuperação. Lembro mais uma vez as grandes intervenções que estão agora a nascer na Santa Casa da Misericórdia e no Livramento, resolvendo-se assim duas ruínas que muito contribuem para a insalubridade e para desfeitear a cidade.

*Terminadas as intervenções, a informação sobre a Atividade Municipal foi considerada apreciada.*

1.2 – Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2021. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. presidente da Câmara** – O que a Câmara aqui pretende é algo que normalmente se fazia aquando da aprovação da conta. Até este ano, apenas era possível fazer a transição dos fundos disponíveis do ano anterior para o novo ano económico após a aprovação das contas mas o Orçamento de Estado deste ano felizmente veio libertar as autarquias dessa obrigação e é possível fazer a transição imediata dos fundos disponíveis a 31 de dezembro para o orçamento seguinte após a aprovação desta alteração que aqui vos está a ser proposta.

Isto não é ainda a aprovação da conta que surgirá na altura própria na sessão de abril, é apenas a autorização da transição dos saldos. Estamos a pedir a transição de 5,2 milhões de euros de fundos disponíveis na Câmara que estão alocados a obras que estão em curso e outras comprometidas desde o ano passado para este ano para que possamos prosseguir normalmente com a atividade do município sem o hiato tão longo que tínhamos no primeiro trimestre.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Primeira Revisão ao Orçamento e GOP's constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).*

1.3 – Regulamento de Utilização da Rede sem Fios Disponibilizada nos Espaços Municipais do Concelho de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. Vereador Guido Teles** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara, caros membros da vereação. Este regulamento vem formalizar as regras de funcionamento dos pontos Wi-Fi disponibilizados pelo município associados ao serviço «Angra Wi-Fi» que agora vai reforçar os pontos de ligação e a velocidade da rede de acordo com o que foi aprovado através do programa «Wi-fi For You». Estamos assim a concretizar o que é exigido pela legislação em vigor acerca da proteção de dados e de acordo com as regras normais de utilização desses pontos, definindo as respetivas responsabilidades pelos acessos e eventuais danos que ocorram nos equipamentos que acedem às próprias redes.

*Posto à votação, o regulamento constante do Ponto 1.3 foi aprovado por unanimidade.*

1.4 – Primeira Alteração ao Regulamento Municipal de Comércio a Retalho Não Sedentário de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. Vereador Guido Teles** – Trata-se de uma pequena adaptação ao que estava em vigor de acordo com as atuais exigências da lei em termos da utilização de plásticos. São alterações simples mas que vêm limitar a disponibilização de plásticos nas vendas designadas como ambulantes no concelho.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Julgo não existirem quaisquer problemas quanto ao regulamento propriamente dito mas colocam-se algumas questões de ordem prática quanto à sua implementação e fiscalização, sobretudo nos locais onde estes comerciantes exercem atividades com os seus meios mais ou menos móveis que levam a alguns ajuntamentos de pessoas em tempo de pandemia. Estamos a favor do que consta deste ponto da nossa agenda de hoje, da redução de plásticos e de quaisquer outras medidas que beneficiem o ambiente, mas é necessária uma melhor fiscalização acerca do incumprimento deste regulamento, de que é exemplo máximo o que vemos acontecer, sobretudo do lado de fora das instalações da praça do gado ao domingo de manhã e que continua a ser um problema a todos os níveis.

**Sra. d. m. Michele Aguiar** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante executivo, colegas deputados municipais. Gostaria de saber se o presente regulamento se aplica também às situações de *take away* na restauração porque as embalagens biodegradáveis ou reutilizáveis significam custos acrescidos para quem tem que as disponibilizar ao público em geral. Esta situação levará a um inevitável aumento dos preços numa altura em que as pessoas têm receio de se deslocar aos restaurantes. Se aumentarmos os custos, vamos criar ainda mais dificuldades aos comerciantes desta área.

**Sr. presidente da Câmara** – Isto aplica-se exclusivamente ao comércio não sedentário, ou seja, às tascas, e nada tem a ver com *take away* a não ser que seja feito a partir de uma tasca. Esta alteração visa adequar o nosso regulamento municipal a algo que já está na lei e aplica-se exclusivamente ao comércio não sedentário. Nada tem a ver com restaurantes ou outras estruturas fixas.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Por princípio, o CDS-PP vai votar a favor porque partilhamos estas questões ambientais mas há aqui uma preocupação paralela que tem a ver com o momento em que isto é levantado. Sabemos que estes empresários da restauração não sedentária estão a passar também por grandes dificuldades, fruto desta pandemia, por isso gostaria de sensibilizar o senhor presidente da Câmara e o restante elenco camarário para o inevitável acréscimo de custos que é preciso ter em conta.

**Sr. presidente da Câmara** – Neste caso, deveríamos ter sensibilizado o Parlamento Europeu há uns anos. Contudo, não creio que esta situação tenha um impacto assim tão grande e estou certo que as nossas tascas não ficarão em pior situação por causa disso.

*Terminadas as intervenções e posta à votação, a alteração constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.*

1.5 – Terceira Alteração ao Regulamento Municipal «Regime da Concessão de Apoios Excepcionais às Famílias e à Retoma da Atividade Económica» no âmbito da mitigação das consequências da pandemia COVID-19. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. Vereador Guido Teles** – O que se propõe a esta Assembleia é a renovação de uma medida que tivemos em vigor no concelho o ano passado relativamente à atribuição de

créditos nas faturas de água, saneamento e resíduos para as pessoas que ficaram desempregadas por consequência da Covid-19. Pretende-se alterar essa norma, prevendo que possam novamente candidatar-se à atribuição deste apoio correspondente a quatro meses de faturação de água, saneamento e resíduos, as pessoas que ficaram desempregadas entre o fim do período de candidaturas que ocorreu em 2020 e a data da alteração ao regulamento em vigor.

Uma outra medida destina-se à atribuição de um apoio de 5 mil euros às entidades que, no ano passado, organizaram o carnaval nos vários salões de festas do concelho. A atribuição deste apoio deve-se ao facto de não serem possíveis este ano as habituais festividades de carnaval.

Propomos a aprovação destas duas medidas sem prejuízo de voltarmos a analisar na próxima sessão da Assembleia Municipal, o alargamento de medidas de apoio às famílias e sobretudo às empresas.

Temos mantido um contacto regular com a Câmara do Comércio e acompanhado de perto as ações do Governo Regional acerca desta matéria com o objetivo de implementarmos no nosso concelho uma medida complementar de apoio às empresas. No entanto, estamos numa fase de análise do possível impacto orçamental dessa medida e contamos submeter uma nova proposta à aprovação na próxima sessão desta Assembleia.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Sem qualquer tipo de provocação, trata-se de uma dúvida que tem a ver com o apoio concedido a quem, o ano passado, explorou os salões por altura do carnaval. É óbvio que não podíamos estar mais de acordo com esta necessidade mas devo dizer que me causa alguma perplexidade a falta de diferenciação entre as entidades beneficiárias. Quem explora bares e estabelecimentos semelhantes em Sociedades e Casas do Povo tem custos fixos ao longo de todo o ano; coisa bem diferente é quem o faz apenas durante o carnaval, sendo que o produto desse dinheiro serve para as mais variadas coisas e não para a manutenção dos custos fixos da instituição que recebe as danças e os bailinhos. Assim sendo, pergunto que critérios estiveram na origem desta atribuição igualitária.

**Sr. presidente da Câmara** – Lembro que o município atribuiu ao longo do ano passado o dobro deste valor a diversas instituições, às Sociedades e às Casas do Povo e não tínhamos ainda atribuído este apoio porque o ano passado o carnaval decorreu com toda a normalidade. O ponto seguinte da nossa Ordem de Trabalhos visa exatamente colmatar a situação em relação a outras entidades que tinham ficado de fora para que as instituições sem fins lucrativos do concelho possam, de alguma maneira, ser preservadas durante este período de pandemia. Tem toda a razão mas estamos a concluir o processo e não a iniciá-lo, visto que as filarmónicas já receberam 10 mil euros, os grupos de folclore receberam 5 mil e por aí adiante.

**Sra. d. m. Isabel Barbereia** – Sugiro que se altere a forma de submissão das candidaturas e o modo de fazer chegar essa informação às pessoas visto que, na fase anterior, não houve um número significativo de pedidos e esperamos que tenha sido pelos melhores motivos, ou seja, pelo facto de as pessoas não terem reconhecido essa prioridade. Por outro lado, talvez a forma de submissão das candidaturas não tenha sido a mais prática. Assim sendo, pergunto ao senhor vereador se está prevista alguma alteração no sentido de melhor fazer passar esta mensagem aos munícipes.

**Sr. Vereador Guido Teles** – Não temos prevista nenhuma alteração relativa à submissão das candidaturas até porque, na primeira fase, encontrámos o procedimento mais simples

possível na altura. No entanto, numa articulação conjunta com o centro de emprego, talvez se possa fazer chegar esta informação àquelas pessoas que, entretanto, ficaram desempregadas. Quem não puder apresentar a sua candidatura no «MyAngra» poderá fazê-lo nos postos da RIAC, através do nosso centro de atendimento ou solicitar apoio junto da unidade móvel do município que tem percorrido as freguesias do concelho. As formas de submissão das candidaturas parecem-me bastante práticas mas aceitaremos quaisquer sugestões no sentido da sua maior simplificação.

*Não se verificaram mais intervenções. Posta à votação, a alteração constante do Ponto 1.5 foi aprovada por unanimidade.*

1.6 – Deliberações da Câmara Municipal, atribuindo apoios a entidades com valências de creches e jardins-de-infância bem como a outras instituições, no âmbito da pandemia da COVID-19. Para ratificação do órgão deliberativo.

**Sr. presidente da Câmara** – Esta deliberação vem apenas para ratificação deste órgão. A Câmara Municipal resolveu conceder no mês passado um apoio às entidades com creches, jardins-de-infância e outras instituições que mantêm crianças e têm um acréscimo enorme de despesa devido às medidas de higienização necessárias por causa da pandemia. Estamos assim a dar uma ajuda para que essas instituições não apresentem contas negativas nem aumentem os custos aos pais. A ajuda é no valor de 5 mil euros, além de grandes quantidades de material cedido a estas instituições que, de alguma maneira, evitam sobrecustos.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – O CDS-PP louva este apoio da Câmara Municipal às entidades com valências de creches e jardins-de-infância e outras instituições. No entanto, esta referência a «outras instituições» causou-me alguma curiosidade, senhor presidente. Porque é que o Centro Hípico se afasta tanto do objeto social das restantes entidades? Isto não é uma crítica e jamais me oporia a quaisquer apoios concedidos a atividades do âmbito equestre, taurino e por aí fora.

**Sr. presidente da Câmara** – Esclarecendo, as outras instituições são aquelas que têm internamento de crianças, ou seja, onde há crianças alojadas. O Centro Hípico entrou aqui devido à prática de hipoterapia e outras atividades que envolvem crianças. Não recebeu dinheiro mas foram-lhe dadas luvas, material de higienização e outras coisas do género.

*Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal ratificou por unanimidade as deliberações em causa.*

1.7 – Listagem de assunção de compromissos plurianuais relativos a 2020. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

**Sr. presidente da Câmara** – Esta listagem é feita todos os anos e este ponto acaba por ser um complemento ao que aprovámos há pouco com a reinscrição da receita, sendo que agora temos que reinscrever a despesa. É competência da Assembleia Municipal a apreciação e consideração destes compromissos que passaram de um ano para o outro.

**O documento constante do Ponto 1.7 foi aprovado por maioria com 37 votos a favor (24 do PS, 12 do PSD e 1 da d. m. independente) e 2 abstenções do CDS-PP.**

1.8 – Classificação da tourada à corda da Fajã do Ficher na Serretinha, Freguesia de Feteira, como «Tourada Tradicional». Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 45.º, n.º 1, do Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A de 5 de agosto, na versão atual dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2018/A de 11 de maio.

**Sra. d. m. Ana Borges** (presidente da J. F. da Feteira) – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, restantes membros da Assembleia Municipal. Como esta tourada da Fajã do Ficher na Feteira decorre consecutivamente e sem interrupções há 15 anos, os mordomos acharam por bem que a mesma fosse classificada como Tourada Tradicional, o que se poderá tornar uma mais-valia para aquela Fajã. Muito obrigada.

***A proposta constante do Ponto 1.8 foi aprovada por unanimidade.***

1.9 – Abertura de concurso público internacional no valor base de 7 500 000,00 € (sete milhões e quinhentos mil euros) para a empreitada de construção do Mercado Municipal e Silo Automóvel de Angra do Heroísmo. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea i) n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Sr. presidente da Câmara** – O projeto está na fase final de revisão. Estamos em diálogo com a Direção Regional da Cultura no sentido de ultrapassarmos algumas questões e a chegar àquele ponto em que é possível fazer-se o lançamento do concurso. Para tal, necessitamos da autorização desta Assembleia, já que se trata de uma despesa plurianual que se vai desenvolver ao longo dos próximos três anos. O preço base andarà entre os 6,8 e os 7 milhões de euros mas estamos a colocar aqui uma fasquia um pouco mais alta para permitir acomodar alguma questão que surja na revisão ou durante a fase do concurso. Este é um passo necessário para que o projeto passe à fase seguinte que é a fase da empreitada.

**Sr. d. m. Joaquim Ponte** – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caríssimos colegas deputados municipais.

Não poderia deixar de intervir para felicitar a Câmara Municipal, o senhor presidente, os angrenses e os terceirenses em geral que ficarão de parabéns pelo lançamento desta obra. A meu ver, trata-se de um investimento de grande fôlego que só peca por tardio, embora este atraso possa ter levado a uma melhor ponderação deste importantíssimo investimento, tendo-se optado por uma solução que me parece a mais adequada depois de todo este tempo que nos separa da primeira reflexão que houve sobre a urgência e a necessidade de concretização desta obra, talvez a mais estruturante dos últimos anos no nosso concelho, importantíssima para a dinamização e o progresso da nossa cidade classificada de património mundial.

A construção do Mercado Municipal vem incrementar a economia da nossa ilha e dinamizar a atividade social do nosso centro histórico que começa a ser repovoado com jovens casais que vão regressando ao centro da cidade, dada a proliferação que vai havendo de apartamentos, as antigas habitações unifamiliares, que se vão transformando em plurifamiliares. Esta infraestruturas que a Câmara, em boa hora lança, vai criar melhores condições de vida para esta gente, dinamizando social e culturalmente o nosso centro histórico. Será também um atrativo para aqueles que nos visitam, além do aumento da disponibilidade de estacionamento com a criação do silo automóvel.

Felicito a Câmara Municipal e manifesto o regozijo pessoal e do meu grupo parlamentar pelo facto de esta obra ver finalmente a luz do dia. Faço votos que tudo corra bem e os prazos se cumpram para que esta infraestrutura fique, o mais rapidamente possível, ao serviço da nossa comunidade. Esta é uma obra que vai prestigiar o nosso concelho, a ilha Terceira e os Açores em geral.

**Sr. presidente da Câmara** – Agradeço as palavras do senhor deputado Joaquim Ponte e espero também que as coisas corram bem. Este é um processo com uma génese complexa que tem um conjunto de questões ainda por ultrapassar mas esperamos que se chegue rapidamente à feliz conclusão da obra que é estruturante e vem também alterar o paradigma do estacionamento na parte baixa da cidade ao permitir a criação de cerca de 250 lugares, aproximadamente cinco vezes o número de carros que neste momento estacionam numa Rua Direita. Estamos a falar de um aumento muito substantivo da disponibilidade de estacionamento na cidade que esperamos ver traduzido na vitalidade dos negócios que aqui estão sediados.

***A proposta constante do Ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.***

1.10 – Relatório de avaliação do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição. Para conhecimento do órgão deliberativo.

**Sr. presidente da Câmara** – É obrigação legal da Câmara dar conhecimento à Assembleia Municipal do relacionamento da maioria com a oposição. No nosso entendimento, o Estatuto do Direito de Oposição tem sido integralmente respeitado e temos pleno respeito pelo que está legalmente estabelecido. Os senhores vereadores da oposição têm tido a possibilidade de participar em todas as atividades do município com o apoio necessário por parte dos serviços para o exercício das suas funções.

***A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.10.***

1.11 – TERAMB - Relatório de Gestão e Contas do 3.º trimestre de 2020. Para conhecimento do órgão deliberativo.

**Sr. presidente da Câmara** – Este relatório refere-se ao terceiro trimestre e está um pouco ultrapassado dada a periodicidade das reuniões mas posso dizer-vos que o ano 2020 terminou bem para a TERAMB. Tivemos mais um ano positivo sem prejuízos no funcionamento daquela estrutura e apesar das dificuldades e das questões que em breve se colocarão referentes à substituição de algumas áreas de maior desgaste, as coisas têm corrido bastante bem como espelha o relatório aqui presente.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Não tendo diretamente a ver com a gestão e contas da TERAMB, volto a apelar à Câmara para a preocupação habitual dos cuidados a ter com a área envolvente das suas instalações, sendo que estão mesmo a decorrer trabalhos para a criação de lotes que esperamos ver ocupados por novas empresas. Parece-me que continuamos a ter problemas com a limpeza e o estado de salubridade da zona envolvente às instalações ocupadas pela TERAMB, por isso gostaria de saber que diligências e trabalhos estão a ser feitos no sentido de se evitar a dispersão de lixo em toda aquela zona, sobretudo em condições invernosas como as que estamos a ter este ano.

**Sr. presidente da Câmara** – Essa tem sido também uma preocupação da Câmara. A TERAMB é obrigada a manter pelo menos uma bolsa de aterro aberta, aquela em que está a decorrer o processo de mineração. Como há muitos plásticos misturados no lixo, é frequente que esses materiais sejam dispersos nos dias de ventania. A situação é difícil de controlar por se tratar de uma frente de extração de lixo bastante larga que não pode ser facilmente recoberta cada vez que há vento e não convém colocar mais terra por cima do lixo. Sei que essa preocupação tem existido por parte da TERAMB e têm feito um grande esforço no sentido de evitar a dispersão dos plásticos pelo vento. Estávamos habituados a ver aquela encosta cheia de plásticos, uma situação que já não se verifica porque a dispersão é bastante mais local, e cada vez que isto acontece é feita uma operação de limpeza mas é algo muito difícil de evitar.

**Sra. d. m. Isabel Berbereia** – Reforçando a questão levantada pelo senhor deputado Luís Rendeiro acerca da zona circundante à TERAMB, eu alargaria esta preocupação a toda a área do parque industrial, apelando à necessidade de reorganizar, embelezar e ordenar toda aquela zona, incluindo os lotes que possuem instalações e aqueles que estão a ser preparados para a instalação de novos equipamentos. Aquele espaço de alargamento da cidade, onde cada vez circulam mais pessoas, merece um novo olhar e dignificação por parte do município.

**Sr. presidente da Câmara** – Dando razão à senhora deputada, a Câmara está em fase avançada de contratação da repavimentação daquela primeira rua desde o triângulo até lá acima junto ao pavilhão das Sanjoaninas. Está a transformar-se numa área comercial de grande importância, por isso a rua vai ser repavimentada e os passeios reformatados porque aquela pavimentação foi feita antes da ocupação dos lotes e dá um ar de degradação a todo aquele espaço. Esperamos ter um novo pavimento naquela área nesta primavera ou no verão.

#### ***A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.11.***

1.12 – Voto de Louvor à Academia Rítmica Terceirense – Secção de Dança Desportiva do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo pelos êxitos alcançados nesta época desportiva, em particular pelo título de Campeões Nacionais conquistado na prova “Portugal Open Championships”. Para votação do órgão deliberativo.

**Sr. d. m. António Toledo Alves** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhores deputados municipais. Peço para me retirar da votação deste ponto uma vez que faço parte dos órgãos deste clube.

**Sra. d. m. Ana Fortuna** (presidente da J. F. do Posto Santo) – Bom dia Exmo. senhor presidente da Assembleia, Exmo. senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, restantes membros da Assembleia.

*«A Junta de Freguesia do Posto Santo vem propor à Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Louvor à Academia Rítmica Terceirense, Secção de Dança Desportiva do Centro Comunitário do Posto Santo, pelos êxitos alcançados nesta época desportiva, em particular pelo título de campeões nacionais com o 1.º lugar conquistado na prova «Portugal Open Championships» na categoria de Juniores Dois Intermédios, pelo par Edson Monteiro e Constança Toste.*

*Anexos aos documentos disponibilizados a esta Assembleia estão os resumos dos resultados durante o ano 2020.*



*Esta junta de freguesia congratula-se com o desempenho de cada atleta, bem como dos responsáveis que, voluntariamente, lhes transmitem as técnicas e os valores da dança desportiva.*

*Louvamos todo um grupo em prol daquela modalidade desportiva cujos resultados se têm revelado muito positivos, dignificando em particular a nossa freguesia, o concelho de Angra do Heroísmo e os Açores em geral.*

*Pelos motivos atrás descritos, entendeu esta Junta de Freguesia submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, um Voto de Louvor à Academia Rítmica Terceirense, Secção de Dança Desportiva do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo.»*

***O Voto de Louvor constante do Ponto 1.12 foi aprovado por unanimidade.***

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Gostaria de perceber se este Voto de Louvor é proposto pela Junta de Freguesia ou pela Assembleia Municipal, visto que consta na Ordem de Trabalhos como sendo um voto da Assembleia e foi apresentado pela Junta de Freguesia como, de resto, acho que deveria acontecer.

**Sr. presidente da Mesa** – Senhora deputada, é obviamente um voto da Assembleia, embora proposto pela Junta de Freguesia...

**Sr. presidente da Câmara** – Que também propôs à Câmara e a Câmara aprovou.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Como o Voto de Louvor apresentado pelo grupo municipal do PS será também um voto da Assembleia e não deixa de constar como sendo proposto pelo grupo municipal do PS.

**Sr. presidente da Mesa** – Não sei qual é a dúvida. Acho que é claro que o voto proposto pela Junta de Freguesia do Posto Santo é um voto proposto à Assembleia Municipal e foi como tal que o pusemos à discussão e votação.

**1.13 – Voto de Louvor ao Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo por ter sido reconhecido no Processo de Certificação da Federação Portuguesa de Futebol, bem como pela Certificação de Entidade Formadora de 3 Estrelas. Para votação do órgão deliberativo.**

**Sra. d. m. Ana Fortuna** (presidente da J. F. do Posto Santo) – «*A Junta de Freguesia do Posto Santo vem propor à Exma. Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Louvor ao Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo por ter sido reconhecido no Processo de Certificação da Federação Portuguesa de Futebol, bem como pela Certificação de Entidade Formadora de 3 Estrelas, cuja placa de distinção recebeu recentemente.*

*A todos os envolvidos no clube que, de forma voluntária, fazem com que o mesmo cresça a cada dia, a freguesia mostra-se reconhecida.*

*Anexo aos documentos disponibilizados a esta Assembleia, foi apresentado um resumo do processo de certificação do clube como forma de melhor elucidar cada um sobre a certificação aqui mencionada.*

*Este é sem dúvida um triunfo que em muito dignifica a nossa freguesia, o concelho de Angra do Heroísmo e os Açores em geral.*

*Esta Junta de Freguesia congratula-se com as conquistas alcançadas pelo Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo, continuando disponível para apoiar o clube*

*de acordo com as possibilidades que estiverem ao seu alcance em diversas vertentes conforme tem vindo a acontecer.*

*Pelos motivos atrás descritos, entendeu esta Junta de Freguesia submeter à aprovação da Assembleia Municipal, um Voto de Louvor ao Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo.»*

***O Voto de Louvor constante do Ponto 1.13 foi aprovado por unanimidade.***

## **2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

**2.1 – Voto de Louvor ao Laboratório de Imunogenética SEEBMO - Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira pela relevância do trabalho desenvolvido em matéria de investigação científica e atuação pioneira no processamento aos testes SARS-Cov-2. Para votação do órgão deliberativo.**

***Sra. d. m. Isabel Berbereia – «O grupo municipal do Partido Socialista vem propor à Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Louvor ao Serviço de Imunogenética do Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira pela relevância do trabalho desenvolvido em matéria de investigação científica e atuação pioneira no processamento dos testes SARS-Cov-2.***

*No ano de 2004, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 32/2004/A de 26 de agosto, o então Serviço de Imunogenética, oficialmente reconhecido pelo conselho de administração do hospital, desde 1999 passou a designar-se Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular (SEEBMO), cujas atividades se desenvolvem na realização de testes de apoio à rotina hospitalar e na investigação científica vertente biomédica, tendo competências específicas no diagnóstico laboratorial de doenças com aplicação de técnicas de genética molecular, investigação epidemiológica no âmbito da imunologia e biologia molecular, registo oncológico hospitalar e prestação de cuidados de saúde.*

*Desde a fundação deste serviço foi criado também um biobanco, agora designado AZORBIO, que é um projeto recentemente integrado na rede de biobancos nacionais liderada pelo Instituto de Medicina Molecular e onde fazem parte as mais prestigiadas instituições nacionais na área da investigação científica molecular.*

*Este serviço participa, em parcerias com diferentes instituições e universidades, num conjunto de projetos de âmbito nacional e internacional reconhecidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. A destacar, a Universidade Nova de Lisboa, a Escola Nacional de Saúde Pública, a Universidade de Évora, o Institute for Global Health e a Liga Europeia Contra o Reumatismo.*

*O Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira foi o primeiro laboratório da região autónoma dos Açores a ser certificado pelo Instituto Ricardo Jorge para análise ao SARS-Cov-2 e a garantir o apoio aos serviços de saúde regionais num imprevisível, complexo e difícil contexto de pandemia da Covid-19.*

*A valiosa e pronta resposta dada por este serviço no contexto pandémico evidenciou a excelência do trabalho ali realizado, a elevada e distinta formação académica, a qualificação científica e técnica da sua equipa de profissionais e ainda a visão e determinação do seu fundador e diretor Jácome de Bruges Armas e dos seus dirigentes institucionais.*

*O SEEBMO situa-se na nossa cidade e garante um extraordinário e único serviço à população da ilha Terceira e dos Açores, trabalho que a todos deve orgulhar pelo enfoque dado à formação dos seus técnicos e investigadores, pelas parcerias celebradas, pelas necessidades de investigação identificadas, pelos recursos que mobiliza e pelo conhecimento científico que produz nas áreas do diagnóstico molecular, na realização de estudos epidemiológicos e na promoção da saúde pública em geral.*

*Neste enquadramento, o grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, a aprovação deste Voto de Louvor ao SEEBMO - Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira.»*

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Tenho que abordar uma questão puramente regimental e registar este desvio que foi feito ao regimento da Assembleia. Torna-se uma prática, não é a primeira vez e começa a ser recorrente que as propostas do PS nunca sejam apresentadas em sede de Conferência de Líderes e depois sejam anexas à Ordem de Trabalhos da Assembleia sem que ninguém tenha, delas, conhecimento. Posso dar um exemplo em nome pessoal porque já propus votos e iniciativas que tiveram que ser levadas à Conferência de Líderes, tendo que apresentar a redação final, o mais tardar até segunda-feira de manhã, quando a Conferência ocorre na sexta-feira.

Teria sido interessante que isto fosse discutido na Conferência de Líderes porque poderíamos ter-nos associado para um Voto de Louvor conjunto que muito prestigiaria o SEEBMO que é deveras merecedor deste voto. Creio que somos amplamente unânimes nesta questão.

Posto isto, é óbvio que o CDS-PP se associa convictamente a este Voto de Louvor ao Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira pelo trabalho pioneiro de referência absolutamente inexcelente e sem paralelo na região. O trabalho desenvolvido e os resultados obtidos ficarão registados para a história da Covid-19 nos Açores, devendo este ser um enorme motivo de orgulho para todos os terceirenses em geral.

Para além do louvor que agora se vota, pelo reconhecimento inteiramente justo e pelo serviço público prestado, o CDS-PP manifesta também o seu profundo agradecimento à equipa liderada pelo doutor Jácome Armas.

**Sr. presidente da Mesa** – Senhora deputada Brites Baldaia, sou presidente da Assembleia há vinte anos e lembro que durante este período sempre houve a possibilidade de se apresentar propostas até ao início da reunião como é, aliás, regimental. Se a senhora deputada entende que esta proposta está mal enquadrada, utilize o regimento e proponha a sua não inclusão na Ordem de Trabalhos de hoje. Pode fazê-lo e neste caso só por maioria de 2/3 é que ela seria aprovada. Sempre foi possível apresentar propostas no decurso da reunião desde que não houvesse qualquer entrave por parte de nenhum membro da Assembleia, que o pode requerer, passando a admissão das propostas a ser sujeita à votação em plenário.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Senhor presidente, como bem sabe, não é isso que está em causa mas também espero que tenha presente a latitude que é permitida nestes casos e a aplique futuramente quando for necessário.

**Sr. presidente da Mesa** – Sempre essa latitude foi aplicada a todos os grupos parlamentares, pelo menos de há vinte anos a esta parte. Não tenho qualquer dúvida em garantir-lhe que sempre assim foi. Para trás não sei e para o futuro, obviamente não serei eu.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Queria acompanhar a intervenção da deputada Brites Cunha no sentido de transformar isto num apelo para que o Partido Socialista faça com que as suas propostas deem entrada na Conferência de Líderes. Uma coisa é a exceção, em que uma proposta surge extemporaneamente e é aceite na agenda, mas tem sido hábito o aparecimento de propostas sem que sejam discutidas na Conferência de Líderes. Porque é que este assunto se torna importante agora? Justamente pela importância do conteúdo desta proposta que o Partido Socialista oportunamente aqui traz relacionado com o contexto atual em pandemia e com o trabalho excecional feito ao longo de muitos anos pelo doutor Jácome Armas e a sua equipa. Como sabem, conheço muito bem o que isso implica em termos de sacrifícios para todos os envolvidos.

Se houve na região uma capacidade de resposta imediata ao que aconteceu na pandemia, é porque havia cá na ilha a capacidade de antecipação, os kit's, os equipamentos e gente que foi fazer formação na área, prevendo-se que uma situação destas pudesse acontecer. O assunto torna-se ainda mais pertinente devido a um conjunto de circunstâncias que aconteceram no anterior Governo e infelizmente também neste, que ultrapassam as cores partidárias e tocam em algo que sempre nos uniu e mereceu críticas nesta casa.

Temos assistido a uma atitude inclinada por parte da governação na região autónoma dos Açores que sistematicamente favorece uma ilha e os seus serviços em detrimento de outra. Começámos desde logo com o desvio para S. Miguel do equipamento de ponta, o extrator de RNA que tinha sido oferecido por privados para equipar o SEEBMO, o único laboratório à época certificado e com capacidade científica à escala internacional para realizar estes testes e utilizar o equipamento. O extrator foi desviado para S. Miguel e agora o novo presidente do Governo Regional, ao fazer um agradecimento a todos os que estiveram na linha da frente da investigação científica, na análise e no trabalho laboratorial, elogiou a responsável pelo laboratório daquela ilha, esquecendo-se da equipa pioneira que garantiu nos Açores uma resposta imediata à situação pandémica, injustificando assim o doutor Jácome Armas e toda a sua equipa.

O PSD apoia e sublinha este Voto de Louvor e todo o seu conteúdo, lamentando que o mesmo não tenha dado entrada na conferência de líderes porque gostaríamos que fosse apresentado como um voto conjunto. Lamentamos que possa parecer algum oportunismo do Partido Socialista para criticar o que aconteceu na governação atual quando poderia afinal ter sido uma crítica de todos nós às atitudes dos governos regionais dos Açores perante a ilha Terceira que, nesta e noutras valências, tem vindo a ser sistematicamente prejudicada, desrespeitada, negligenciada e tantas vezes ofendida.

Não quero deixar de sublinhar o mérito dos vereadores do PSD nesta Câmara que, extravasando por vezes as suas competências, não têm calado a sua voz perante um conjunto de situações merecedoras da nossa indignação e exaltação.

Se o Partido Socialista assim o entender, o PSD sugere que esta seja uma proposta conjunta de todos os partidos com assento nesta casa. Suponho que a líder do grupo municipal do CDS-PP me acompanhará nesta intenção.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Absolutamente. Sim, sim.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Seria mais que justo que este voto fosse uma posição conjunta desta Assembleia Municipal porque o serviço e as pessoas em causa bem o merecem.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – O senhor deputado Luís Rendeiro disse praticamente tudo o que eu pretendia propor. Gostaria de esclarecer que esta proposta surgiu nos últimos dias,

não houve qualquer intenção do Partido Socialista em «furar o esquema» e era nossa intenção apresentar um Voto de Louvor construtivo.

O senhor deputado Luís Rendeiro tem toda a razão porque este é um assunto bastante mediático que traz muita coisa à baila. Pensamos automaticamente no extrator de RNA, um assunto que está mais do que encerrado, visto que os dois laboratórios possuem extratores topo de gama, mas o presidente do Governo Regional nestas suas últimas declarações, congratulou a presidente do laboratório do HDES em Ponta Delgada e não falou no nosso hospital que foi o pioneiro nos testes de deteção do SARS-Cov-2.

Quero deixar bem claro que não foi intenção do PS fazer política no sentido de ficar bem na fotografia e esquecer os outros partidos e aceitamos de bom grado que se associem a este voto. Era já minha intenção propor o que foi sugerido pelo senhor deputado Luís Rendeiro e poderia efetivamente ter ligado aos líderes dos outros partidos a avisar que iríamos apresentar esta proposta, convidando-os a associarem-se. Foi um lapso meu por ter sido em cima da hora e peço desculpa. Se esta reunião não decorresse por videoconferência, estaríamos todos juntos e reuniríamos antes das sessões. As coisas agora estão diferentes, estamos em constante adaptação, peço mais uma vez desculpas e espero que se consiga remediar esta situação.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Da parte do PSD, remediado está.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Da nossa parte também, senhor presidente.

**Sr. presidente da Mesa** – Talvez se tenha falado menos bem antes do tempo, sobretudo em relação ao presidente da Assembleia. Peço imensa desculpa mas, o que fiz ou não fiz, não impediria o que aconteceu agora. Assumo sempre as responsabilidades em todos os órgãos em que participo mas não devo assumir as que não são minhas e esta proposta poderia ter tido este desfecho. Está resolvido, ótimo. Vamos votá-la.

**Sra. d. m. Brites Cunha** – Senhor presidente, não se ofenda mas isto poderia ter acontecido logo de início para que nos pudéssemos pronunciar e estaria tudo bem na mesma.

**Sr. presidente da Mesa** – Senhora deputada Brites Baldaia, compete-me dirigir os trabalhos e não tenho que fazer propostas dessa natureza. Entenda isso de uma vez por todas. Eu não tinha que propor que todos os grupos parlamentares fizessem um acordo sobre essa matéria. Foi agora feito pelo preponente e ainda bem. Assumo a responsabilidade que tenho e não a que não me é devida.

**Sr. d. m. Joaquim Ponte** – Esta é uma questão de pormenor, sobre a qual não quero alimentar qualquer polémica e subscrevo tudo o que aqui foi dito, mas devo em consciência fazer aqui uma ressalva para não se cometer alguma injustiça.

O atual presidente do Governo, que não está aqui presente, não me encarregou de o defender e nem precisa que o faça, tinha tomado posse há muito pouco tempo. Era presidente da Câmara de Ponta Delgada, talvez não conhecesse suficientemente a realidade que se vive na nossa região e por isso cometeu uma falha que todos lamentamos. No entanto, é bom que aqui se diga e fique registado para memória futura que o presidente do Governo imediatamente reconheceu a falha e tanto quanto sei, tentou repará-la junto do doutor Jácome Armas. Ligou-lhe a pedir desculpas, reconhecendo o trabalho que o nosso laboratório tem executado com tanta competência, o que muito nos orgulha. Julgo haver aqui elementos de alguma relevância que devem merecer registo para que não cometamos alguma injustiça. Era apenas isto.

*Terminaram as intervenções. Posto à votação, o Voto de Louvor constante do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade.*

**Sr. presidente da Mesa** – Antes de passarmos à leitura e votação da minuta da ata, queria apenas dizer-vos que, no final desta reunião, a senhora arquiteta Filipa Bettencourt fará por este meio uma apresentação do projeto do Mercado Municipal.

Gostaria ainda de referir que havia um Voto de Louvor ao salvamento do Porto das Pipas mas, por se tratar da referência a duas pessoas, entendeu-se que o mesmo ficaria para a próxima reunião por não termos ainda meios para proceder ao voto eletrónico com alguma eficácia.

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h30m do dia 12 de fevereiro de 2021, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.*

O Presidente da Mesa

---

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

---

Tânia Gil da Rocha Lemos